



MINUTA DA ATA N.º 3

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas e vinte e cinco minutos, teve lugar a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Canidelo que decorreu no edifício sede da Junta de Freguesia e foi presidida por Dália Miranda Lopes Eira. Na Mesa da Assembleia estavam, ainda, Maria de Fátima da Silva Ferreira de Sousa, como 1.ª Secretária e Marco António Pinto Rodrigues, como 2.º Secretário. -----

A Ordem de Trabalhos foi a seguinte: -----

Ponto Um – Intervenção do Público. -----

Ponto Dois – Período Antes da Ordem do Dia.-----

Ponto Três – Ordem do Dia.-----

Alínea a) Discussão e votação da alteração das grelhas de tempo, identificadas no Regimento como Anexo I.-----

Alínea b) Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022.-----

Alínea c) Discussão e votação das autorizações relativas à execução do plano e orçamento para o ano de 2022:-----

Ponto I) “Autorização para a delegação de competências do Município, na Freguesia, relativa a todos os domínios dos interesses próprios da sua população, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, contidas no artigo 131º da Lei nº 75/2013”.-----

Ponto II) “Autorização para a celebração de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, bem como a respetiva resolução e, no caso dos contratos de delegação de competências, a sua revogação nos termos das disposições contidas no artigo 9º, nº 1 alínea g), da Lei 75/2013 de 12 de setembro”.-----

Ponto III) “Autorização para, no âmbito do modelo de repartição de competências entre os municípios e as freguesias estabelecer um contrato interadministrativo entre o Município de Gaia e a Freguesia de Canidelo que permita uma melhor afetação de recursos humanos e financeiros, e que seja configurado em termos flexíveis, de modo a viabilizar uma harmonização entre os princípios da descentralização e da subsidiariedade e as exigências de unidade e de eficácia da ação administrativa, conforme o nº 1, do art. 39º da Lei 50/2018, de 16 de agosto”.-----

Ponto IV) “Autorização para a freguesia, no âmbito das suas atribuições, estabelecer formas de cooperação e parceria com entidades públicas ou provadas, nomeadamente, Município de Gaia, IEFP, Segurança Social, Empresas Municipais, Associações, etc., nos termos das disposições contidas no artigo 9º nº 1, alínea j), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”

Ponto V) “Autorização para a celebração de protocolos com instituições públicas, particulares e cooperativas que desenvolvem a sua atividade na circunscrição territorial da freguesia, designadamente quando os



equipamentos envolvidos sejam propriedade da freguesia e se salvasse a sua utilização pela comunidade local, nos termos das disposições contidas no artigo 9º, nº 1 alínea i), da Lei 75/2013 de 12 de setembro”.

Ponto VI) “Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais”.

Alínea d) Ratificação da doação do veículo elétrico de passageiros, Marca Citroen, Modelo Jumpy Space Tourer e-C, com a matrícula AJ-03-NH, oferecida à Freguesia de Canidelo pela Câmara Municipal de Gaia, ao abrigo do Programa Municipal “Juntas Mais Verde”.

Alínea e) Discussão e votação do mapa de pessoal.

Alínea f) Discussão e votação das atas das sessões anteriores.

Ponto Quatro – Informação da Presidente do Executivo.

Feita a chamada estavam presentes os seguintes membros: Maria de Fátima da Silva Ferreira de Sousa, Pedro Manuel Antunes Banhudo, Maria Benilde Gabriel Almeida, Marco António Pinto Rodrigues, Ricardo Miguel Costa Braga, Dália Miranda Lopes Eira, António José Perez Barra, Ana Amália Moreira dos Reis Pereira, Teresa Borges Matos Tavares, Carla Gonçalves Gomes, Eduardo António Ferreira da Silva, Rui Alberto da Silva Costa, Carla Maria Rodrigues Costa, Nuno César Cidade Bessa, Paulo José Gomes Mouta, Tiago José Novais de Matos, Paulo Alexandre Santos Peres, Paulo Alexandre Correia Teixeira e João Filipe Gonçalo Gomes Pereira.

O eleito Marcelo Filipe da Silva Teixeira não pode estar presente, justificou a sua ausência e foi substituído por Margarida Rosa Ferreira da Rocha que também não podendo estar presente e tendo justificado a sua falta foi substituída por António José Perez Barra.

O eleito Eduardo Moreira Gomes que não pode estar presente e tendo justificado a sua falta foi substituído por Teresa Borges Matos Tavares.

A eleita Isabel Susana Sousa Cancela que não pode estar presente e tendo justificado a sua ausência foi substituída por Paulo Alexandre Correia Teixeira.

Pelo Executivo da Junta estiveram presentes: a Presidente, Maria José Guerra Gamboa Campos, o Secretário, Manuel António Coutinho Ferreirinha, o Tesoureiro, José Manuel Teixeira Cardoso, e os Vogais Fernando Carvalho Barrias, Graciete Manuela Alves Lourenço, Sandra Cristina Sampaio Freitas e Susana Natália Monteiro Moreira.

Os eleitos António José Perez Barra, Teresa Borges Matos Tavares e Isabel Susana Sousa Cancela, sendo a primeira assembleia a que estavam presentes, após identificação, tomaram posse como membros desta Assembleia de Freguesia.

A Presidente da Assembleia deu início à Assembleia esclarecendo que perante o agravamento da situação epidemiológica e por uma questão de precaução acompanhamos as orientações da Direção Geral de Saúde bem como que tem sido defendido por outras assembleias inclusive pelas assembleias municipais na adoção de uma série de medidas de saúde pública. Acrescentando que, o agravamento da situação epidemiológica ocorreu de uma forma muito rápida, não dando tempo de organizar as coisas de outra forma. Relativamente à questão das atas, propôs que as mesmas fosse apreciadas numa assembleia posterior.



Ponto Um – Intervenção do Público. -----

Considerando o período pandémico e as orientações da Direção Geral de Saúde foi determinado que não existiria Intervenção do Público nesta assembleia. -----

Ponto Dois – Período de Antes da Ordem do Dia -----

A Presidente da Assembleia solicitou aos eleitos que quisessem intervir neste ponto que se inscrevessem. -----

PAULO PERES – Defendeu o interesse das pessoas poderem intervir nas Assembleias de Freguesia, considerando ser um direito que não deve ser sonogado, existindo um diploma legal que contempla um modelo por videoconferência ou um modelo misto de participação. -----

PRESIDENTE DO EXECUTIVO – Esclareceu de que a Junta de Freguesia, à semelhança de outras autarquias congéneres, não dispõe de meios para poder adotar um modelo de assembleia diferente. Pondera em orçamentos futuros, poder contemplar a aquisição de um sistema de videoconferência. Assinalou que esta questão não foi levantada por nenhum partido político em sede de Assembleia Municipal, considerando ser uma reflexão importante expressa pelo eleito Paulo Peres. -----

TIAGO MATOS – Começou por lamentar a ausência de público na Assembleia, considerando ser uma questão que já devia ter sido tratada há muito tempo, contribuindo para uma maior participação dos cidadãos na discussão pública, alertando para que no futuro as pessoas se identifiquem cada vez menos com política e se sintam menos incluídas na mesma.-----

PRESIDENTE DO EXECUTIVO – Agradeceu ao eleito a reflexão que apresentou. Informou de que a Junta não dispõe de meios financeiros para montar um sistema alternativo que proporcionasse a participação dos cidadãos nesta Assembleia. Teceu algumas considerações sobre a questão do afastamento das pessoas da política, mas que está nas mãos de todos os eleitos promover a participação de todos os cidadãos na causa pública.-----

NUNO BESSA – Vem em nome do PSD, demonstrar o descontentamento com a lentidão da requalificação da Rua da Bélgica, nomeadamente no atraso na pintura das marcações no troço já intervencionado, que constitui um perigo para peões e automobilistas, instando o executivo a tomar medidas para solucionar rapidamente o problema-----

PRESIDENTE DO EXECUTIVO – Começou por saudar o eleito pela questão colocada, salientando que em relação às marcações da via estão atrasadas por não haver trabalhadores para efetuarem o serviço e que já reuniu com os responsáveis da Câmara e da empresa responsável pela obra para tentar agilizar a sua concretização. A 2.ª fase da empreitada irá ter lugar dentro em breve. Deu o exemplo de uma obra semelhante que a Junta contratualizou há dois anos para pintar umas passadeiras e que a Junta ficou 6 meses à espera para efetuar o serviço, devido à falta de mão-de-obra. -----

NUNO BESSA – Tomou de novo a palavra para apontar que à noite a visibilidade é quase nula, pedindo o reforço de sinalização em determinados pontos da via.-----

PRESIDENTE DO EXECUTIVO – Informou que irá tratar da sinalética a colocar em determinados pontos da rua mais críticos-----



JOÃO PEREIRA – Abordou também a questão da ausência de público na Assembleia e teceu igualmente algumas críticas sobre a intervenção que está a ser levada a cabo na Rua da Bélgica. Por último, apresentou uma recomendação sobre a segurança dos peões nas ruas da freguesia, apontando algumas soluções técnicas no sentido de promover uma melhoria na segurança dos peões.-----

PRESIDENTE DO EXECUTIVO – Agradeceu a intervenção do orador, indicando que irá reencaminhar as sugestões enunciadas junto do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal que superintende as matérias relacionadas com os arruamentos e sinalética. A Junta continua a acompanhar as obras em curso junto dos técnicos camarários. Em relação à questão da iluminação da via pública, criticou as recentes intervenções levadas a cabo pela EDP, nomeadamente na linha de mar da freguesia, tendo tido uma reunião de trabalho com um responsável da empresa, sensibilizando-o para as preocupações que a Junta demonstra nesta matéria. A Sra. Presidente e o Executivo mantêm uma atenção particular nesta área.-----

CARLA GOMES – Apresentou em nome do grupo político do PS dois votos de louvor. O primeiro voto pelos resultados desportivos da atleta Beatriz Roxo e o segundo voto proposto à atleta Mariana Costa.-----

PRESIDENTE DO EXECUTIVO – O Executivo associou-se aos louvores propostos a estas duas atletas canidenses que muito honram e orgulham o nome da freguesia.-----

DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA– Os votos de louvor subscritos pelo PS, o primeiro à atleta Beatriz Roxo (**Documento A**), e o segundo à atleta Mariana Costa, (**Documento B**) foram ambos aprovados por unanimidade.-----

Ponto Três - Ordem do Dia.-----

Alínea a) – “Discussão e votação da alteração das grelhas de tempo, identificadas no Regimento como Anexo I.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Começou por explicar a alteração que foi levada a efeito na grelha de tempos, decorrente da nova composição da Assembleia de Freguesia.-----

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA – Colocada à votação, a alteração das grelhas de tempo foi aprovada por unanimidade.-----

Alínea b) - “Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022”.-----

PRESIDENTE DO EXECUTIVO – Elencou as linhas orientadoras das Opções do Plano e do Orçamento da Junta, mantendo o rigor e a transparência, apesar de haver alguma incerteza decorrente do processo de descentralização de competências do Estado, mas manifestou otimismo na concretização desse processo. Contudo, demonstrou preocupações relativamente ao quadro de pessoal da Junta, considerando ser necessário um reforço de novos trabalhadores, dado terem-se registado algumas aposentações e alguns trabalhadores se encontrarem de baixa médica prolongada.-----

PEDRO BANHUDO – Fez uma intervenção para elogiar o documento, destacando duas rubricas em particular, uma nas vias públicas e outra no reforço do quadro de pessoal. Considerou que as Opções do Plano e o Orçamento para 2022 vêm reafirmar os compromissos assumidos pelo Executivo no último ato



eleitoral de cuidar da vida das pessoas que vivem na freguesia. -----
PRESIDENTE DO EXECUTIVO – Agradeceu a reflexão feita pelo eleito Pedro Banhudo.-----

RUI COSTA – Demonstrou uma grande preocupação com o processo de descentralização de competências, nomeadamente na questão do envelope financeiro associado a esse processo. Espera que o Executivo mantenha o trabalho que vem realizando em mandatos anteriores, nomeadamente na ação social. Considera que o Executivo deve ser mais ambicioso, constatando que tem havido um crescimento desmesurado de novas construções, havendo cada vez menos espaços verdes. Questionou o Executivo acerca do ponto relativo às parcerias destinadas à criação de atividades de convívio lazer e bem-estar. Perguntou ao Executivo o ponto de situação sobre a construção do CAO na freguesia. Na cultura, demonstrou preocupação com o estado de degradação da Casa do Duque, propondo a sua requalificação. Pede urgência na instalação de postos de carregamento elétricos. Alertou para a falta de passeios, apelando à criação de uma bolsa de sobras de terrenos para a criação de novas áreas verdes e de lazer. Questionou acerca do processo do concurso para operar a rede de transportes públicos de passageiros que irá servir a freguesia. Apontou igualmente a falta de um plano estratégico para a questão do arrendamento acessível.-----

PRESIDENTE DO EXECUTIVO – Respondendo às questões levantadas pelo eleito Rui Costa, começando pela reflexão sobre o processo de descentralização e todas as suas implicações, nomeadamente em termos de custos financeiros para a autarquia, não podendo em caso algum colocar em causa a estabilidade financeira da Junta. Acrescentou que este processo irá decorrer também de acordo com as dinâmicas e a dimensão de cada concelho e a partir daí ao nível da freguesia. Relativamente à população sénior, referiu a necessidade de um novo tratamento e abordagem em relação aos idosos com doenças graves e problemas de mobilidade. Quanto ao CAO, a informação de que dispõe é que entrará em obra dentro em breve. Este novo centro vai ter duas valências, a empresarial e a residencial. Quanto à Casa do Duque é um edifício que estava hipotecado na posse de um fundo imobiliário do BES, sendo que entretanto, a Câmara já conseguiu libertar o edifício e terrenos adjacentes da hipoteca do fundo que geria a infraestrutura, pelo que o Executivo defende a ideia de criar um espaço de nível municipal e polivalente, tornando-se assim numa mais-valia para a freguesia e para o próprio concelho, sendo por isso mais rentável e útil. O Parque Urbano irá ser expandido através da negociação na aquisição de terrenos particulares por forma a dar início à 2.ª fase de expansão do parque. No que diz respeito aos postos de carregamento elétrico, o Executivo está a consultar empresas deste setor, até porque a Junta já dispõe de viaturas elétricas. A freguesia já dispõe de alguns postos, por exemplo, existe no supermercado Mercadona. O Executivo informa que no quarteirão do Espinheiro irá ser efetuada uma intervenção no âmbito do projeto Meu Bairro, Minha Rua. O Executivo não tem competência no que concerne à questão da habitação social daí não fazer menção nas Opções do Plano. Contudo, informa que a Câmara tem um projeto para a construção de habitações a custos médios, sobretudo dirigido à população mais jovem. A Câmara irá aproveitar



edificações já existentes e investir em novas construções. O Secretário, Manuel Ferreirinha fez um enquadramento acerca do PDM que diz respeito ao ordenamento do território da freguesia. No Picão, o Executivo está a estudar esta área do ponto de vista mais global em articulação com a Câmara, requalificando o território e criando respostas com mais qualidade para as populações residentes.-----

PAULO PERES – Assinalou que a CDU tem apresentado sempre propostas, como a exemplo, da habitação. Defendeu que a Junta deve ter um papel mais ativo e reivindicativo. Na cultura, considerou que a Junta deve desenvolver uma política mais assertiva na promoção de atividades culturais. Apesar da Pandemia será possível levar a efeito, dando nota de que noutras freguesias têm sido feitas algumas atividades neste campo. Demonstrou preocupação com a rede viária. Relativamente ao Plano e Orçamento, considerou que o mesmo fica aquém das necessidades da freguesia, e por isso irá votar contra o Plano e Orçamento apresentado pelo Executivo. Por último, apresentou algumas sugestões, como pugnar pela limpeza das ribeiras, criação de zonas de lazer, construção de balneários públicos na zona balnear, colocação de mais aparelhos para prática de exercício físico ao longo da orla marítima e reativar o Conselho Consultivo da Juventude. -----

PRESIDENTE DO EXECUTIVO – Começou por criticar o sentido de voto da CDU relativamente ao Plano e Orçamento. Quanto às ribeiras da freguesia, assinalou que a empresa Águas de Gaia é a responsável pela limpeza e manutenção das ribeiras e que o Executivo está em articulação permanente com a empresa, no sentido de assegurar a qualidade ambiental. No que diz respeito ao Conselho Consultivo da Juventude, o mesmo não se encontra a funcionar por falta de jovens que o integrem, para além dos elementos oriundos das juventudes partidárias, porém o Conselho tem de envolver todas as instituições de jovens da freguesia. Considerou que o movimento associativo na freguesia precisa de ser revitalizado e rejuvenescido. -----

CARLA COSTA – Verifica uma continuidade das políticas do atual Executivo em relação ao mandato anterior. Colocou algumas questões sobre algumas rubricas do Orçamento. Defende a necessidade de um forte investimento no Parque de Campismo, de modo a que o mesmo gere mais receitas. Concluiu, dizendo que o PSD iria votar contra o Plano e Orçamento. -----

PRESIDENTE DO EXECUTIVO – Começou por informar que o parque de campismo da Orbitur irá encerrar, mas que o tipo de cliente deste equipamento não é igual ao cliente habitual do Parque de Campismo da freguesia, porque não é possível residir no parque da freguesia como acontecia no da Orbitur. Acresce que o Parque de Campismo não tem a sua situação definida em termos dos terrenos que ocupa, pois parte deles não são propriedade da Junta. O Executivo irá fazer uma reavaliação dos terrenos do parque que estão comprometidos numa herança de que a Junta utilizava por empréstimo dos proprietários de algumas leiras de terreno. -----

PAULO MOUTA – Começou por tecer algumas considerações sobre a Democracia em tempos de pandemia. Entende que o eixo social da política do Executivo deve ser reforçado. A população mais idosa deve ser mais acarinhada e acompanhada dada a sua particular vulnerabilidade. Apontou



como uma grande lacuna da freguesia a inexistência de um Lar para idosos. Apoia os esforços na criação neste tipo de equipamento, e na criação de atividades dirigidas a este segmento da população. Outro capítulo relevante está relacionado com a cultura que mais influencia o presente e futuro das populações, sugerindo a criação de iniciativas específicas como a literatura e os livros, fazendo ressurgir um clube literário. Entende que o Executivo tendo uma maioria deve aplicar o seu orçamento na plenitude podendo acolher se entender contributos externos, daí o BE abster-se neste documento. -----

PRESIDENTE DO EXECUTIVO – Agradeceu o contributo proposto pelo BE do clube literário, aproveitando a biblioteca pública da Escola Secundária Inês de Castro para uma atividade dessa natureza. Relativamente ao Lar da 3.^a Idade, a ASSIC já se candidatou à construção deste equipamento no âmbito do PRR que cobrirá este investimento na totalidade. Convidou os grupos políticos da Assembleia da Freguesia a visitar as instalações da ASSIC. -----

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA – Aprovado por maioria, com os votos a favor do PS, votos contra do PSD, CDS, CDU, CHEGA e as abstenções do BE.

Alínea c) - “Discussão e votação das autorizações relativas à execução do plano e orçamento para o ano de 2022”.-----

Ponto I) “Autorização para a delegação de competências do Município, na Freguesia, relativa a todos os domínios dos interesses próprios da sua população, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, contidas no artigo 131º da Lei nº 75/2013”.-----

Ponto II) “Autorização para a celebração de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, bem como a respetiva resolução e, no caso dos contratos de delegação de competências, a sua revogação nos termos das disposições contidas no artigo 9º, nº 1 alínea g), da Lei 75/2013 de 12 de setembro”.-----

Ponto III) “Autorização para, no âmbito do modelo de repartição de competências entre os municípios e as freguesias estabelecer um contrato interadministrativo entre o Município de Gaia e a Freguesia de Canidelo que permita uma melhor afetação de recursos humanos e financeiros, e que seja configurado em termos flexíveis, de modo a viabilizar uma harmonização entre os princípios da descentralização e da subsidiariedade e as exigências de unidade e de eficácia da ação administrativa, conforme o nº 1, do art. 39º da Lei 50/2018, de 16 de agosto”.-----

Ponto IV) “Autorização para a freguesia, no âmbito das suas atribuições, estabelecer formas de cooperação e parceria com entidades públicas ou provadas, nomeadamente, Município de Gaia, IEPF, Segurança Social, Empresas Municipais, Associações, etc., nos termos das disposições contidas no artigo 9º nº 1, alínea j), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”.-----

Ponto V) “Autorização para a celebração de protocolos com instituições públicas, particulares e cooperativas que desenvolvem a sua atividade na circunscrição territorial da freguesia, designadamente quando os



equipamentos envolvidos sejam propriedade da freguesia e se salvasse a sua utilização pela comunidade local, nos termos das disposições contidas no artigo 9º, nº 1 alínea i), da Lei 75/2013 de 12 de setembro”.-----

Ponto VI) “Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais”.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Informou de que estes pontos da ordem de trabalhos seriam discutidos em conjunto, mas que seriam colocados à votação isoladamente.-----

PRESIDENTE DO EXECUTIVO – Considerou ser uma matéria sempre alvo de discussão, mas que face às imposições legais necessitam de uma autorização prévia da Assembleia, dando ao Executivo uma maior agilidade em termos de gestão e organização da governação da Junta.-----

RUI COSTA – Não concorda com a apresentação deste tipo de autorizações genéricas, que julga serem feridos de nulidade, sem que a Assembleia de Freguesia se pronuncie sobre pedidos de autorização em concreto.-----

PRESIDENTE DO EXECUTIVO – Clarificou a ideia de que o Executivo está a submeter as autorizações para apreciação e deliberação, por parte da Assembleia, e que a mesma se pronunciará como entender. Em relação ao automóvel, a Assembleia vai apenas ratificar um ato que a Câmara fez com a Junta de Freguesia. A Presidente da Junta reforça que são autorizações anuais para o Executivo poder governar.-----

DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA – Na alínea c) do Ponto 3, aprovado por maioria, com votos contra do PSD, abstenção da CDU e do CHEGA, e votos a favor do PS, BE e CDS. Relativamente ao Ponto II, aprovado por maioria, com os votos contra do PSD, abstenção da CDU, e a favor do PS, CDS, CHEGA e BE. No Ponto III, aprovado por maioria, com os votos contra do PSD e CHEGA, abstenção da CDU e a favor do PS, CDS e BE. No Ponto IV, aprovado por maioria, com os votos contra do PSD, abstenção da CDU e a favor do PS, CHEGA, BE e CDS. No Ponto V, aprovado por maioria com os votos contra do PSD e CHEGA, abstenção da CDU e votos a favor do PS, BE e CDS. No Ponto VI, aprovado por maioria, com os votos contra do PSD, CHEGA, abstenção da CDU e votos favoráveis do PS, BE e CDS.-----

Alínea d) Ratificação da doação do veículo elétrico de passageiros, Marca Citroen, Modelo Jumpy Space Tourer e-C, com a matrícula AJ-03-NH, oferecida à Freguesia de Canidelo pela Câmara Municipal de Gaia, ao abrigo do Programa Municipal “Juntas Mais Verde”.-----

PRESIDENTE DO EXECUTIVO – Disse esperar que a Assembleia ratifique a doação da viatura.-----

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA – Aprovado por unanimidade.-----

Alínea e) Discussão e votação do mapa de pessoal.-----

PRESIDENTE DO EXECUTIVO – Apresentou o mapa e o modelo em que foi baseado, contemplando um reforço do mesmo nas áreas dos Cemitérios, Secretaria e Parque de Campismo. Salientou que os concursos públicos podem não ser concretizados no decorrer do ano de 2022, dada as vicissitudes decorrentes dos procedimentos concursais.-----

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA – Aprovado por unanimidade.-----

Ponto Quatro – Informação da Presidente do Executivo.-----



PRESIDENTE DO EXECUTIVO – Considerou não existir nada de especial a realçar na prestação de contas, a não ser na atribuição do suplemento de insalubridade para os assistentes operacionais da Junta que prestam serviço em determinadas tarefas de risco acrescido. Terminou a sua intervenção desejando a todos umas Boas Festas.-----

A 1.ª Secretária fez a leitura da Minuta da Ata que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade.-----

Nada mais havendo a tratar, foi a 1.ª Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Canidelo, dada por terminada, eram zero horas e 3 minutos, do dia 23 de dezembro de 2021, da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pela 1.ª Secretária e pela Presidente da Assembleia de Freguesia.-----
